



Índice feminino nas assembleias dos estados cai de 13% para 11%

No dia 5 de outubro, foram eleitas em todo o Brasil 120 deputadas estaduais e distritais, enquanto 141 estão terminando o mandato. A queda de quase 15% da representação feminina confirma percepção apontada em pesquisa do DataSenado sobre desigualdade nas disputas eleitorais

Smirno Nascimento/Alép



Na Assembleia Legislativa do Paraná, onde o percentual de mulheres vai cair, uma das quatro deputadas da atual legislatura trabalha entre os homens

O número de deputadas estaduais eleitas diminuiu em 16 estados. Pará teve a mudança mais significativa: a bancada feminina atual tem oito deputadas e, para 2015, foram eleitas apenas três. Na Câmara dos Deputados, o percentual cresceu, mas ainda fica abaixo de 10%.

A procuradora da Mulher no Senado, senadora Vanessa Grazziotin, acredita que não haverá um aumento significativo da representação feminina sem uma reforma política que inclua a votação em lista fechada, com alternância de nomes entre homens e mulheres. **4**

Acordo ortográfico volta a ser discutido **4**

Congresso analisa créditos adicionais **3**

Supremo abre prazo para responder a CPI

O ministro do STF Luís Roberto Barroso vai reunir, até o dia 27, informações que embasem sua decisão sobre mandado de segurança impetrado pela CPI Mista da Petrobras. O colegiado insiste em ter acesso à delação premiada do ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa. A CPI apresentou o mandado porque o também ministro do STF Teori Zavascki negou o compartilhamento das declarações prestadas por Costa. **3**

Livro de servidores conta a elaboração da Constituição

Waldemir Barreto/Agência Senado



O livro *A Gênese do Texto da Constituição de 1988*, que estará à venda na Livraria do Senado nos próximos dias, foi um dos dez finalistas do Prêmio Jabuti, na categoria Direito. A obra, de autoria de três servidores da Casa, aborda o processo de elaboração do texto constitucional, incluindo dispositivos que não prosperaram no debate realizado em 1988, na Assembleia Constituinte. **2**

Na primeira edição do livro, em dois volumes, serão publicados 900 exemplares

Opções para substituir o fator previdenciário **4**

Pautas de votações do Senado e Câmara estão trancadas por MPs

Seis medidas provisórias estão trancando a pauta no Congresso. No Senado, a MP que dá aumento

para a Polícia Federal e a que desonera empresas devem ser votadas dia 28, após as eleições. **2**

Proposta benéfica médico e professor **3**

Outubro Rosa

Tem coisas que não dá para esquecer
A luta contra o câncer de mama é uma delas



O diagnóstico precoce é a melhor maneira de combater o câncer de mama. O movimento Outubro Rosa tem o objetivo de lembrar a importância do autoexame e da mamografia como formas de identificação precoce da doença.

Participe dessa luta você também.

SENADO FEDERAL

Medidas provisórias que impedem votações nos Plenários da Câmara e do Senado foram publicadas há mais de 45 dias. Até que sejam votadas, impossibilitam a avaliação de vários tipos de proposição

Seis MPs em tramitação no Congresso trancam pauta

OITO MEDIDAS PROVISÓRIAS (MPs) estão em análise no Congresso Nacional atualmente. Seis delas trancam a pauta de votações da Câmara e do Senado. Isso significa que essas MPs impedem outras votações enquanto não forem analisadas.

As MPs têm validade de 60 dias, automaticamente prorrogáveis por mais 60. Nesse período, as Casas do Congresso devem analisá-las, primeiro a Câmara e depois o Senado. Se a análise de uma não for concluída ao fim do 45º dia de validade, ela entra em regime de urgência, passando para o primeiro lugar na pauta de votações do Plenário. É nessa condição que já estão seis das oito MPs que tramitam no Congresso.

Duas MPs aprovadas pela Câmara já estão no Senado em primeiro lugar na pauta. A MP 650/2014, que concede aumento de 15,8% para agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal, já chegou ao Senado como primeira matéria a ser votada na próxima sessão deliberativa.

Também no Senado está a MP 651/2014, que foi aprovada pela Câmara na terça-feira. Os principais efeitos dessa medida são a desoneração da folha de pagamento de 59 setores da economia e a abertura de uma nova etapa do Refis da Crise, programa em que empresas e pessoas físicas podem parcelar débitos tributários.

A sessão do Senado em que essas MPs serão votadas deve ocorrer no dia 28. Essa data é também o limite da validade da MP 650. Por isso, na prática o Senado está impedido de promover alterações no conteúdo dessa medida porque, se o fizesse, ela teria que voltar para a Câmara. Como não há tempo para nova apreciação, resta ao Senado apenas aprová-la como está ou rejeitá-la inteiramente. Já a MP 651 vale até o dia 6 de novembro.

Outras seis MPs ainda não saíram das comissões mistas criadas para análise das medidas antes do envio aos Plenários da Câmara e do Senado. Quatro delas, porém, já ultrapassaram os 45 dias de publicação, o que significa que, assim que deixarem as comissões, entrarão em regime de urgência na Câmara e, depois, no Senado.

A MP 652/2014 cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, iniciativa que subsidiaria operações de empresas aéreas em aeroportos com até 1 milhão de passageiros por ano. Na comissão, o relator é Flexa Ribeiro (PSDB-PA). A validade é até 24 de novembro.

Farmacêuticos

Já a MP 653/2014 desobriga a presença de um farmacêutico como responsável em farmácias consideradas empresas de pequeno porte. Na comissão montada para estudá-la, que é presidida por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o relator é o deputado Francisco das Chagas (PT-SP). Essa medida, que tem dividido opiniões na comunidade farmacêutica, tem validade até 8 de dezembro.

Outras duas MPs — a 654/2014 e a 655/2014 — autorizam a abertura de créditos extraordinários, a primeira para órgãos do Executivo e a segunda para o Programa de Financiamento Estudantil. Como tratam de questão orçamentária, as MPs 654 e 655 serão analisadas pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Apenas duas MPs ainda não estão em condições de barrar as votações da Câmara e do Senado. Editadas recentemente, elas ainda estão dentro do período de 45 dias em que a tramitação é regular. A MP 656/2014, que chegou ao Congresso no dia 7, concede incentivos fiscais para a compra de aerogeradores (equipamentos para a geração de energia eólica), zerando as alíquotas do PIS-Pasep e da Cofins.

A mais recente de todas é a MP 657/2014, que chegou na terça-feira ao Congresso Nacional. Ela trata da carreira de delegado da Polícia Federal, modificando a forma de ingresso no cargo e tornando exclusivo aos delegados o acesso a posições de direção e ao cargo de diretor-geral da corporação.



No Senado, as MPs 650/2014 e 651/2014 trancam a pauta de votações



Lima, Edilenice e Nicola relatam elaboração do texto da Constituição de 1988

Finalista do Prêmio Jabuti, livro de servidores estará à venda

Nos próximos dias, estarão à venda na Livraria do Senado 900 exemplares do livro *A Gênese do Texto da Constituição de 1988*, um dos dez finalistas do Prêmio Jabuti na categoria Direito.

De autoria dos servidores João Alberto de Oliveira Lima, João Rafael Nicola e Edilenice Passos, a obra, editada pelo Senado, mostra o processo de elaboração do texto constitucional, em dois volumes.

No primeiro, os autores mostram o processo de formação do texto, incluindo dispositivos que não prosperaram no debate. Já no segundo, são apresentados seis textos de projetos, um

encarte que explica o fluxo de documentos e os eventos, além de três fac-símiles.

De acordo com Lima, um dos autores, a motivação de escrever o livro partiu das comemorações dos 25 anos da Constituição, celebrados no ano passado. Embora nenhum dos três autores tenha formação em direito, compartilham a mesma paixão: a Carta Magna.

— Edilenice é bibliotecária, eu e João Rafael somos formados em ciência da computação. Apesar disso, achamos de fundamental importância, como cidadãos, entendermos a nossa Constituição — disse.

CORREÇÃO

A avaliação sobre necessidade de concurso público no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) é de diretores e servidores do Inpe, e não do senador Anibal Diniz (PT-AC), como foi publicado na página 3 do **Jornal do Senado** de sexta-feira.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Discursos

14h Sessão ordinária não deliberativa, destinada a pronunciamentos de parlamentares.

QUARTA

CPMI DA PETROBRAS Depoimento

14h30 A CPMI da Petrobras ouve o diretor de Abastecimento da estatal, José Carlos Cosenza.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Luís Roberto Barroso quer reunir informações até o dia 27 para decidir sobre mandado de segurança da CPI da Petrobras, que insiste em ter acesso a depoimento de ex-diretor da estatal

Ministro do STF dá prazo para resposta a CPI

O MINISTRO DO Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso deu um prazo de dez dias para que o também ministro do STF Teori Zavascki se manifeste sobre o mandado de segurança da CPI Mista da Petrobras que pede o acesso ao conteúdo da delação premiada do ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa. No mesmo prazo, deve se manifestar o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Somente após receber essas informações, Barroso deve se manifestar sobre o pedido da CPI. A assessoria do ministro esclareceu que foi requisitado o parecer de Teori Zavascki porque foi ele quem recusou a solicitação da CPI de acesso

ao depoimento de Costa. No despacho, Zavascki argumentou que o compartilhamento do material fere as normas legais da delação premiada.

A Lei 12.850/2013 estabelece que o sigilo dos acordos de delação premiada só acaba quando a denúncia é recebida pelo juiz. No mandado de segurança (MS 33.278), Vital do Rêgo (PMDB-PB) argumenta que Zavascki feriu o direito constitucional das CPIs, que têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

Vital apresentou semana passada projeto que garante às CPIs acesso a informações sigilosas como as prestadas em acordo de delação premiada. O

projeto aguarda recebimento de emendas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Segundo a proposta, após a homologação do acordo, as informações sigilosas poderão ser compartilhadas com a CPI, desde que tenham relação com o que a comissão investiga.

Para o senador, como a CPI tem a função de investigar, usando da prerrogativa do Legislativo de fiscalizar o Executivo, não pode ficar alheia numa situação como a de uma delação premiada.

“Justamente por isso, o parágrafo 3º do artigo 58 da Constituição federal atribui a esse tipo de comissão poder de investigação próprio de auto-



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Para Vital (C), poder de investigação garante à CPI acesso à delação premiada

ridade judicial”, afirma Vital.

No entanto, como explica o senador, a nova Lei de Combate ao Crime Organizado definiu como sigiloso o depoimento de delação premiada, o que fez surgir dúvida entre os estudiosos do direito sobre a

possibilidade de compartilhar os dados com CPI que investigue o mesmo assunto.

Se for aprovado pela CCJ, e não houver recurso para votação em Plenário, o projeto deve seguir diretamente para a Câmara.

Prêmio incentiva delação de crimes contra a administração

Walter Pinheiro (PT-BA) apresentou proposta que estabelece pagamento de recompensa a quem denunciar crimes contra a ordem tributária e a administração pública. O projeto (PLS 664/2011) também estipula essa recompensa em 10% do valor desviado que vier a ser recuperado. Para ter acesso

à vantagem financeira, o denunciante precisa fazer a comunicação verbal ou por escrito do delito à polícia. Se a denúncia for procedente, o delegado deverá determinar a abertura do inquérito, assegurando-se a recompensa ao informante. O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), relator do projeto, apresentou

voto pela aprovação.

Randolfe lembra, no relatório, que o pagamento de recompensa ao denunciante de crimes já foi adotado no Espírito Santo (Lei 8.894/2008). Quanto a controvérsias morais e constitucionais associadas à premiação financeira dos denunciantes, concluiu que, em nome do

combate aos crimes contra a administração pública, “os perseguidos benefícios (recuperação dos valores desviados) superam, em muito, eventuais sacrifícios (pagamento de recompensa)”.

A proposta aguarda votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

“Ora, se nem a delação

premiada é materialmente inconstitucional, segundo o Supremo, muito menos será a mera recompensa a qualquer do povo que, aliás, pode não estar envolvido nos fatos delituosos. Fica, assim, devidamente afastada qualquer inconstitucionalidade do PLS 664/2011”, argumenta Randolfe.

Congresso recebe 22 projetos que abrem créditos adicionais

Chegaram ao Congresso Nacional, na quinta-feira, mensagens presidenciais encaminhando 22 projetos de lei que abrem créditos adicionais no Orçamento deste ano. No total, esses créditos adicionais envolvem mais de R\$ 2,8 bilhões: são 12 créditos suplementares e 10 créditos especiais.

Previstos pela Constituição e definidos na Lei 4.320/1964, os créditos adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários) são um instrumento usado pelo governo para alterar o Orçamento vigente e atender as necessidades dos órgãos da administração pública.

Os créditos suplementares são destinados ao reforço de dotação orçamentária que já consta no Orçamento. O crédito especial, por sua vez, é destinado a despesa para a qual não há dotação orçamentária específica. Ambos tramitam na forma de PLNs. Já os créditos extraordinários são destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública e tramitam como medidas provisórias.

Para a edição de crédito especial e de crédito suplementar, a Presidência da República é obrigada a indicar de onde virão os recursos para bancá-los. Na maioria das vezes, esses recursos são oriundos de excesso de arrecadação de tributos, receitas que não têm destinação determinada no Orçamento, superávit financeiro de exercício anterior, anulação total ou parcial de outros gastos ou empréstimos externos.

Antes de serem votados pelo Congresso, esses projetos terão de ser apreciados primeiro na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Por força da legislação, os créditos suplementares têm vigência limitada ao ano em que forem abertos. Os especiais também não podem ter vigência além do exercício em que são autorizados, a não ser que sejam promulgados nos últimos quatro meses do ano, caso em que poderão ser reabertos no ano seguinte, por decreto do Poder Executivo.

Confira ao lado o resumo dos créditos adicionais (mais de R\$ 1,3 bilhão) e dos créditos especiais (mais de R\$ 1,5 bilhão).

Recursos extras

CRÉDITOS SUPLEMENTARES

- **PLN 35/2014: R\$ 31.134.107** para os Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes
- **PLN 33/2014: R\$ 489.256.916** para os Ministérios da Justiça e da Defesa
- **PLN 32/2014: R\$ 310.186.453** para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- **PLN 28/2014: R\$ 17.324.265.368** para empresas estatais e reduz o orçamento de investimento de diversas empresas no valor de **R\$ 13.316.680.057**
- **PLN 27/2014: R\$ 194.500.439** para os Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- **PLN 26/2014: R\$ 9.996.000** para os Ministérios da Educação, da Saúde e da Cultura
- **PLN 24/2014: R\$ 102.463.137** para a Câmara dos Deputados, órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo e o Ministério Público da União
- **PLN 22/2014: R\$ 92.852.787** para os Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para encargos financeiros da União e para transferências a estados, Distrito Federal e municípios
- **PLN 21/2014: R\$ 53.608.595** para operações oficiais de crédito.
- **PLN 20/2014: R\$ 13.847.043** para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- **PLN 16/2014: R\$ 23.776.862** para empresas estatais Companhia Docas do Espírito Santo, Companhia Docas do Estado da Bahia e Companhia Docas do Pará; e reduz o orçamento de investimento de Companhias Docas no valor de **R\$ 358.442.878**
- **PLN 14/2014: R\$ 20 milhões** para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

CRÉDITOS ESPECIAIS

- **PLN 34/2014: R\$ 11.100.000** para os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário.
- **PLN 31/2014: R\$ 248.265.342** para o Ministério da Previdência Social.
- **PLN 30/2014: R\$ 15.834.850** para os Ministérios da Educação, da Saúde, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- **PLN 29/2014: R\$ 583.676.402** para empresas estatais.
- **PLN 25/2014: R\$ 10.350.000** para os Ministérios da Justiça e da Defesa.
- **PLN 23/2014: R\$ 78.795.954** para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para encargos financeiros da União e para transferências a estados, Distrito Federal e municípios.
- **PLN 19/2014: R\$ 145.620.436** para a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.
- **PLN 18/2014: R\$ 10.706.000** para o Ministério dos Transportes.
- **PLN 17/2014: R\$ 14.641.923** para as Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho.
- **PLN 15/2014: R\$ 418.066.124** para empresas estatais.

Médico e professor poderão acumular cargos sem restrição

Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do senador Paulo Paim (PT-RS) permite a professores e médicos acumulem cargos públicos sem as restrições existentes hoje.

De acordo com a Constituição, podem ser acumulados dois cargos de professor, um de professor e outro técnico ou científico e dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas. Todas as hipóteses dependem de compatibilidade de horários.

Paim explica que a falta de professores nas escolas públicas e de médicos na rede de saúde exige a mudança para permitir a esses profissionais o acúmulo de qualquer cargo público. Segundo o senador, a PEC 5/2014 permitirá melhor prestação de serviços à população e melhor remuneração aos profissionais.

A proposta tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde aguarda indicação de relator. Se for aprovada, seguirá para votação em Plenário.

Percentual de mulheres eleitas deputadas estaduais ou distritais em 5 de outubro caiu em relação a 2010. As parlamentares representam apenas 11,33% do total, contra 13,31% da bancada atual

Diminui número de deputadas nos estados

O NÚMERO DE deputadas estaduais e distritais diminuiu 14,89% ao se comparar as representantes eleitas neste ano e as atuais bancadas. Em 5 de outubro, foram eleitas 120 mulheres, contra 141 hoje nas 26 assembleias estaduais e na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O número de eleitas representa apenas 11,33% do universo total de deputados estaduais e distritais — a bancada atual representa 13,31%. Ou seja, tanto na legislatura atual como na próxima, a representação popular será predominantemente masculina.

Só no Ceará, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Roraima houve aumento da bancada feminina. Em 16 estados, diminuiu o número de candidatas eleitas, sendo o Pará o estado com a mudança mais significativa: a bancada feminina atual tem oito deputadas e, para 2015, foram eleitas somente três.

Pesquisa do DataSenado divulgada neste mês apontou percepções dos brasileiros acerca da dificuldade que as mulheres enfrentam para concorrer: o desinteresse por política e a falta de apoio dos partidos políticos foram apontados como os principais motivos da pequena participação da mulher no poder.

O quadro, entretanto, é mais complexo do que parece à primeira vista. A mesma pesquisa revela que 12% das mulheres já pensaram em se candidatar, mas não se candidataram, e 87% nunca pensaram em se candidatar. As entrevistas foram feitas com 1.091 pessoas, entre homens e mulheres de todo o país, de 16 anos ou mais.

A procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse que o problema da sub-representação das mulheres na política tem raiz na subordinação imposta às brasileiras ao longo da história e que continua na sociedade atual.

Lista fechada

Segundo Vanessa, não haverá um aumento significativo do número de mulheres na política enquanto não houver uma reforma política que inclua a votação em lista fechada com alternância de nomes entre homens e mulheres.

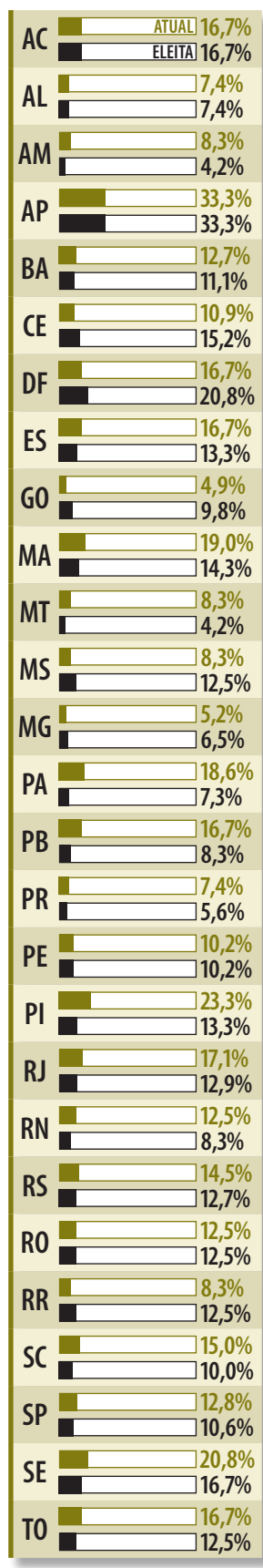
— Com esse tipo de política eleitoral que temos no Brasil, a mulher nunca vai alcançar o seu espaço. Primeiro, porque os partidos são comandados por homens, a mulher quase não tem espaço dentro dessas agremiações; e, segundo, porque o acesso ao financiamento é para eles, não chega a elas.

Vereadora de Belém e integrante da Executiva Nacional do PSOL, Marinor Brito afirmou que o partido apoia a candidatura de mulheres e é cada vez mais firme no trabalho de inverter o quadro da sub-representação feminina.

— No último congresso do PSOL, aprovamos por unanimidade que todas as instâncias de direção do partido têm que ter no mínimo 50% de mulheres.

Na Câmara dos Deputados, a bancada feminina crescerá 8,51%. Dos 513 deputados federais eleitos no dia 5 de outubro, 51 são mulheres. Apesar do crescimento, o total de deputadas eleitas representa menos de 10% da Câmara.

Bancadas femininas



Segundo especialistas, fim do fator pode elevar déficit da Previdência Social

Debate aponta opções para substituir fator previdenciário

Diversas opções para acabar com o fator previdenciário sem aumentar o déficit da Previdência foram discutidas na quinta-feira em seminário promovido pela Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados.

Segundo especialistas, a extinção do fator — fórmula criada em 1999 para desestimular aposentadorias precoces — pode elevar o déficit previdenciário dos atuais 7% para 13,5% do PIB em 2060. Do outro lado, entidades ligadas aos trabalhadores reclamam de perdas no valor de aposentadorias e pensões por causa do dispositivo.

Consultor legislativo da Câmara, Walter Oda disse que uma das propostas no Congresso prevê a substituição do cálculo atual do fator pela fórmula 95/85. Nesse caso, a aposentadoria sem perdas na remuneração ocorreria quando a soma da idade e dos anos de contribuição do segurado atingisse 95, no caso dos homens, e 85, no das mulheres. A fórmula 95/85 está em texto substitutivo apresentado ao Projeto de Lei (PL) 3.299/2008.

— Por essa fórmula, uma mulher que alcance [a soma] 85 passa a ter fator 1 e deixa de perder cerca de 40% do benefício na hora da aposentadoria — explicou Oda.

A fórmula atual leva em conta o valor e o tempo de contribuição do segurado, a idade dele e a expectativa de vida do brasileiro. Oda citou o exemplo de uma mulher de 50 anos que tenha somado 30 anos de contribuição para a Previdência.

— Caso desejasse se aposentar pelo INSS, teria um fator previdenciário de 0,5, o que poderia reduzir pela metade o valor do benefício.

Volta à ativa

Outra opção ao fator é a desaposentação, que permite ao segurado renunciar à aposentadoria e voltar à ativa, para ter o benefício recalculado com base em critérios atualizados.

Na Câmara, a desaposentação está no substitutivo apresentado ao PL 2.567/2011. Enquanto aguarda aprovação, a tese está sendo discutida no Supremo Tribunal Federal (STF), que julga pedidos de recálculo de benefícios.

Em outro debate do seminário, participantes concluíram que a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) não foi suficiente para estancar o déficit da Previdência dos servidores da União, que chegou a R\$ 62,7 bilhões em 2013.

Comissão debaterá novo acordo ortográfico nesta semana

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa será tema de duas audiências públicas nesta semana. Devem ser relatadas nas reuniões, amanhã às 10h e na quarta-feira às 9h30, as discussões realizadas por um grupo de trabalho formado por professores e linguistas por iniciativa da Comissão de Educação e Cultura (CE).

O acordo ortográfico, assinado em 1990 e em vigor desde 2007, teria de ser seguido obrigatoriamente no Brasil a partir de 1º de janeiro de 2013,

mas o prazo foi prorrogado até 1º de janeiro de 2016, por decreto da presidente da República, Dilma Rousseff. Parte dos países lusófonos, como Portugal, é contrária às mudanças propostas para a unificação da ortografia.

Em outubro de 2013, a CE criou, a pedido de Ana Amélia (PP-RS), vice-presidente da comissão, um grupo de trabalho formado por professores e linguistas para analisar o acordo e sugerir meios de facilitar a implantação das

novas regras.

Os especialistas têm usado o espaço para trocar opiniões sobre a implantação do acordo e de possíveis alterações no conteúdo. Qualquer proposta de mudança, no entanto, dependerá do aval dos senadores.

Em agosto deste ano, o presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), rebateu a notícia de que o Senado esteja tentando reformar a língua portuguesa, como foi divulgado na imprensa.



Senador Cyro Miranda negou intenção de reforma da língua portuguesa

ACOMPANHE E PARTICIPE AMANHÃ ÀS 10h e QUARTA ÀS 9h30

- ▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
- ▶ Tempo real: <http://bit.ly/CEacordoEC>
- ▶ Tempo real: <http://bit.ly/CEacordoAS>
- ▶ Facebook: eCidadaniaSF
- ▶ Facebook: alosenado
- ▶ Twitter: @e_cidadania
- ▶ Twitter: @AloSenado
- ▶ TV: www.senado.leg.br/TV
- ▶ Alô Senado: 0800 612211
- ▶ Taquigrafia: <http://bit.ly/comissaoEducacao>